

O narcotráfico nas fronteiras brasileiras e a feminização da pobreza: um ciclo vicioso¹

Drug trafficking on Brazilian borders and the feminization of poverty: a vicious cycle

Júlia Henriques Souza*

Resumo

Neste artigo será explorada a relação dos estigmas de gênero, especialmente a feminização da pobreza, com o tráfico de drogas. Essa relação será aplicada aos casos específicos da fronteira Brasil-Colômbia e Brasil-Paraguai, contextos escolhidos por se tratarem de situações em que os problemas gerados pelo tráfico são muito mais visíveis através de estatísticas, por exemplo, e porque a fronteira envolve o governo de dois países, criando assim uma situação muito particular. Com isso, busca-se compreender o impacto das vulnerabilidades sociais e do grau de presença do Estado nessas regiões na vida das mulheres.

Palavras Chave: América Latina. Mulheres. Tráfico de Drogas. Fronteiras.

Abstract

This article aims to explore the relation between gender stigmas, especially the feminization of poverty, and drug trafficking. This relation will be applied to the cases of the borders between Brazil and Colombia and Brazil and Paraguay, chosen for being contexts where the problems caused by drug trafficking are more visible through statistics, for example, and for the involvement of two States, which creates a very specific situation. Hence, I seek to understand the social vulnerabilities and State presence in those places' impact on women's lives.

Key Words: Latin America. Women. Drug Trafficking. Borders.

1. Trabalho produzido sob orientação do Prof. Dr. Luiz Daniel Jatobá França no PROIC/UnB 2016-217.

* Graduanda em Relações Internacionais na Universidade de Brasília. E-mail: hsouza-julia@gmail.com.

Introdução

Neste artigo será analisada a entrada das mulheres no tráfico de drogas e seu papel enquanto consequência de um cenário de baixa renda e poucas possibilidades de ascensão social, bem como o contexto que favorece a inserção feminina nessa atividade. Essa pesquisa se dará através de uma análise comparativa do tráfico nas fronteiras do Brasil com a Colômbia e do Brasil com o Paraguai.

Este trabalho lança um olhar sobre as mulheres pobres e em boa parte não brancas, buscando mostrar como os estigmas de gênero afetam vários aspectos de suas vidas, deixando-as sujeitas a uma série de fragilidades que dificultam a ascensão de nível econômico das mulheres, gerando um ciclo que as prende numa situação de pobreza (PEARCE, 1978). O tráfico de drogas se insere nesse contexto como um dos elementos que compõem essa situação de fragilidade, uma vez que emprega muitas mulheres diretamente e indiretamente.

A escolha da comparação entre as fronteiras brasileiras como método de análise se dá devido ao seu papel crucial dentro do tráfico, por serem a ponte entre os produtores e os distribuidores. As fronteiras são zonas nas quais as leis são limitadas geograficamente (NOGUEIRA, 2005), criando assim um ponto de contato entre dois Estados diferentes que, se mal administrado, pode vir a ser um ponto de fragilidade da atuação estatal. No caso em estudo, o Brasil, além de ser um grande consumidor de drogas ilícitas, é um corredor de passagem para que elas cheguem às mais diversas partes do mundo (MACHADO, 2011; ROCHA, 2012, p. 175). Além disso, o fato de ser uma zona de contato entre dois Estados cria uma situação muito particular nessas regiões, que não se repete nos Estados federados não fronteiriços. Por outro lado, as particularidades das duas fronteiras sob estudo também mostram diferenças no perfil do próprio tráfico, na atuação feminina dentro dele e na relação com o Estado.

De acordo com o Relatório INFOPEN Mulheres (SANTOS; DE VITTO, 2014), 37.380 mulheres -em sua maioria negras, pobres e sem educação formal- estão encarceradas no Brasil, dentre as quais 68% estão presas por tráfico de drogas. Quando damos a esses dados um recorte por estado, os estados de fronteira com outros países apresentam um comportamento atípico, com números ainda maiores (SANTOS; DE VITTO, 2014). Nas fronteiras selecionadas

para estudo nessa pesquisa, a do Amazonas com a Colômbia e Mato Grosso do Sul e Paraná com o Paraguai, 75% e 77% das mulheres encarceradas foram condenadas por tráfico de drogas, respectivamente (CORTINA, 2015). Helpes (2014) ressalta que as principais motivações para a entrada das mulheres no crime são a necessidade financeira, a manutenção do próprio vício e a influência do parceiro.

Primeiramente, será feita uma breve explanação sobre os origens, o significado e as discussões em torno do tema da feminização da pobreza. A partir disso, será desenvolvida a análise comparativa entre as duas regiões de fronteira já citadas, relacionando as questões pertinentes a cada região com o ciclo de feminização da pobreza das mulheres que entram para o tráfico. Por fim, em breve encerramento do trabalho, os pontos principais serão retomados e serão apresentadas as conclusões a partir dos argumentos desenvolvidos.

O conceito de feminização da pobreza

Feminização da pobreza foi um conceito proposto pela primeira vez pela autora norte-americana Diana Pearce, em 1978. Em seu trabalho, ela atribui o aumento no percentual de lares pobres chefiados por mulheres aos diversos tipos de discriminação sofridas por elas por serem mulheres, por raça, por pertencer a alguma minoria ou até pelas implicações sociais de serem mães solteiras ou divorciadas (PEARCE, 1978), que proporcionam uma inserção difícil e muitas vezes por vias precárias no mercado de trabalho. Com isso, é gerado um ciclo que dá à pobreza uma face feminina, tornando limitadas as possibilidades de ascensão social para essas mulheres (PEARCE, 1978).

De acordo com Pearce (1978), a pobreza masculina e a pobreza feminina têm origens distintas: a masculina se dá devido ao grande número de dependentes dentro de um lar de baixa renda; enquanto a feminina se dá devido à baixa receptividade do mercado de trabalho à força de trabalho das mulheres (PEARCE, 1978). Além disso, ela diferencia as mulheres pobres por viverem num lar de baixa renda das mulheres pobres por serem mulheres (PEARCE, 1978).

A perspectiva de Diana Pearce (1978) é importante como ponto de partida para uma discussão, mas apresenta conceitos muito amplos e até incompletos. O aumento no número de lares pobres chefiados por mulheres, se analisado sob uma ótica mais moderna, não é suficiente para provar seu argumento de que as mulheres

encontram dificuldades para ascender socialmente e melhorar sua renda apenas por serem mulheres, embora esse seja claramente verdadeiro. Por isso, partir dessa análise inicial, foi feita uma série de estudos para discutir o conceito de feminização da pobreza, reinterpretá-lo, questioná-lo e completá-lo.

Castro (1999) faz uma leitura mais abrangente da feminização da pobreza: sua perspectiva é mais universalista, assim como suas propostas de políticas públicas. Para a autora, a pobreza de forma geral é que deve ser vencida, mas levando em conta as interseccionalidades de gênero e raça, por exemplo (CASTRO, 1999). Em seu argumento, ela defende que o ideal não é apenas corrigir as diferenças de posição entre homens e mulheres no mercado de trabalho de forma pragmática, como seria através de cotas, por exemplo. Ao invés disso, a autora propõe respeitar as conquistas sociais de todos os trabalhadores e a melhora nas condições de trabalho de todos, mas garantindo políticas ativas para as mulheres, como cursos profissionalizantes específicos, uma vez que elas estão sujeitas à dupla jornada de trabalho e discriminação (CASTRO, 1999).

Em outra análise, Novellino e Belchior (2008) relacionam a feminização da pobreza com a transmissão intergeracional da pobreza, como um ciclo que se deflagra. De acordo com essa argumentação, as dificuldades encontradas pelas mães criam um contexto que prejudica o investimento no capital humano dos filhos (NOVELLINO; BELCHIOR, 2008). Essa falta de investimentos faz com que esses filhos se tornem adultos menos preparados para a inserção no mercado de trabalho, uma vez que o acesso à educação é baixo, gerando assim um contexto de pobreza sequenciada (NOVELLINO; BELCHIOR, 2008). Há ainda outras autoras que associam a feminização da pobreza ao país em que as mulheres vivem. Seguindo essa linha de raciocínio, a chefia de lares por mulheres pode estar associada à pobreza em países em desenvolvimento; argumento que não se repete em países desenvolvidos (NOVELLINO, 2004, p. 7). Com isso, as políticas para mitigar a pobreza e atender às demandas específicas da população feminina devem ser contextualizadas com a situação socioeconômica do país (NOVELLINO, 2004).

A linha adotada neste artigo é mais próxima da abordagem de Pearce (1978) sobre feminização da pobreza. O cerne da argumentação será a falta de recursos para que as mulheres entrem no mercado de trabalho e a pouca receptividade desse a elas. Como consequência dessa falta de abertura para o mercado formal, o tráfico de

drogas se apresentaria como uma solução fácil para o problema da falta de renda. O aprisionamento dessas mulheres também é um fator que contribui para o ciclo de feminização da pobreza, uma vez que o sistema prisional brasileiro estigmatiza suas detentas, ao invés de ressocializá-las.

A fronteira Brasil-Colômbia

A fronteira do Brasil com a Colômbia se encontra inteiramente contida dentro do estado do Amazonas, numa região de floresta densa, cortada por diversos rios e igarapés e de baixa densidade populacional (IBGE, 2010, p. 59), o que torna a área pouco acessível e portanto de difícil fiscalização (RAMÍREZ, 2009, p. 92). O principal produto que sai da Colômbia dentro do tráfico de entorpecentes é a cocaína e relação entre esse país e o Brasil é a de pólo produtor e pólo distribuidor, respectivamente (MACHADO, 2011). A Colômbia apresenta um contexto muito peculiar, uma vez que sofre com a ação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e de grupos paramilitares. Esses dois agentes são envolvidos no tráfico de drogas como forma de obter recursos para financiar suas operações e possuem profunda influência no cenário social e político do país (MACHADO, 2011).

A geopolítica da fronteira

Antes de chegar às questões concernentes à fronteira de fato, faz-se necessária uma visão geral do contexto dentro da Colômbia. O país está saindo de um longo conflito armado, no qual as Forças Armadas da Colômbia e grupos paramilitares lutam contra as FARC. Após mais de 40 anos de hostilidade, foi iniciado um processo de negociações para a assinatura de um tratado de paz entre o governo colombiano e as FARC. O processo foi iniciado em 2012, com a mediação da Noruega e de Cuba e culminou na redação de um acordo de paz em 2016 (WAISBERG, 2015; SILVA, 2016), que rendeu ao presidente Juan Manuel Santos um Prêmio Nobel da Paz (LAFUENTE, 2016).

Desde a década de 60 que as FARC atuam no território colombiano, usando táticas de guerrilha para defender seus ideais. Em oposição a elas, surgiram na Colômbia diversos grupos paramilitares (PARDO, 2011, p. 54). Uma luta que a princípio era de cunho político e ideológico com o tempo passou a ser uma batalha

territorial pelo mercado da coca (PARDO, 2011, p. 57). A atuação violenta dos dois lados trouxe diversas consequências para as dinâmicas internas do país. Uma das que mais chamam atenção são os recrutamentos forçados de menores de idade e homens jovens para servir como soldados das FARC no conflito (PARDO, 2011). Junto a isso, muitas mulheres e meninas são forçadas a se prostituir e/ou trabalhar tanto para as FARC quanto para grupos paramilitares (OLIVAR, 2008). Em decorrência dessas questões, ocorrem os *desplazamientos*: migrações forçadas de uma região para outra dentro do território colombiano, em fuga da violência que assola certas regiões do país (OLIVEIRA, 2006; PARDO, 2011). A princípio, esses deslocamentos aconteciam rumo às grandes cidades, mas com o tempo as pessoas passaram a se deslocarem para outras regiões dentro dos grandes centros colombianos ou a sair das cidades para regiões mais afastadas, incluindo as pequenas cidades das regiões de fronteira (PARDO, 2011).

A fronteira do Brasil com a Colômbia tem três pontos de contato: La Pedrera/Vila Bitencourt, Tarapacá/Ipiranga e Letícia/Tabatinga, sendo o último o mais importante (NOGUEIRA, 2005) e único com uma maior estrutura urbana de conturbação entre os territórios dos dois países (RAMÍREZ, 2009). Vale ressaltar que existe uma clara diferença entre as duas cidades, uma vez que Letícia é a capital da região colombiana de Amazonas, portanto conta com mais recursos enviados de Bogotá e significativa importância política, enquanto Tabatinga é apenas uma pequena cidade do gigantesco estado brasileiro do Amazonas com alguma importância por ser fronteira, sendo até chamada ironicamente de “o maior bairro de Letícia” (NOGUEIRA, 2005).

A região, cortada por diversos rios e igarapés, demanda uma fiscalização especial, uma vez que rios como o Vaupés, que vem da Colômbia e entra no Brasil como Uaupés, são utilizados pelas milícias como meio de transporte tanto de pessoas, quanto de drogas e armas (NOGUEIRA, 2005). A atuação do governo colombiano na região, diferente do governo brasileiro, é menos voltada para a segurança e mais para a administração pública local, uma vez que os recursos militares são mais utilizados nos locais onde há conflito armado, no interior do país e nas grandes cidades (NOGUEIRA, 2005).”

Questões econômicas acabaram favorecendo o tráfico de drogas na região: o IBAMA passou a controlar e fiscalizar muito mais

as atividades extrativistas na região, que consistem na principal fonte de renda da população local, e a crise colombiana, responsável pelo empobrecimento da população do país vizinho, que fez com que o Estado brasileiro ampliasse a atuação para controle de segurança na região (NOGUEIRA, 2005). Com o maior controle das atividades extrativistas no lado brasileiro, o mercado do lado colombiano se favoreceu. A economia formal da região tem na pesca uma parcela importante. O mercado consumidor colombiano chamou a atenção dos pescadores brasileiros, iniciando assim uma rede de contrabando de peixes (NOGUEIRA, 2005). Outro ponto importante a ser ressaltado na fronteira do Brasil com a Colômbia é a relação do povo indígena Tikuna com ela. Para esse grupo e outros grupos menores da região, a fronteira geográfica formal praticamente não tem significância alguma se comparada às fronteiras do próprio povo, gerando assim problemas de nacionalidade e migração (NOGUEIRA, 2005; RAMÍREZ, 2009).

Todos os fatores e características de nível local apresentados anteriormente podem ser relacionados ao contexto mais amplo, das relações bilaterais entre os governos brasileiro e colombiano. Desde o estabelecimento formal das fronteiras dos dois países até os anos 1990, não havia uma aproximação real entre eles (RAMÍREZ, 2009). O conflito interno colombiano e o temor das pretensões de liderança regional brasileira ao longo do século XX têm um papel muito significativo nesse afastamento. A reversão desse quadro se deu quando, nos anos 90, o Brasil voltou-se para a aproximação dos países andinos, buscando fortalecer sua base regional e atingir interesses comerciais; e a Colômbia buscou mobilizar esforços para impedir a internacionalização da floresta amazônica (RAMÍREZ, 2009).

Ainda assim, prevaleceu durante muito tempo um temor de ambos os lados. O Brasil, temendo um transbordamento do conflito na Colômbia e visando a proteger o território amazônico, fortaleceu a atuação militar nos estados do norte de seu território. Já a Colômbia por sua vez receava que o Brasil tivesse uma conduta neutra que pudesse favorecer o conflito ou até que o Brasil estabelecesse relações com as FARC (RAMÍREZ, 2009, p. 96).

Essa desconfiança entre os governos foi diminuindo a medida que as iniciativas de cooperação bilateral começaram a ser criadas e foram ganhando cada vez mais força. Entre essas iniciativas, pode-se listar a Comissão de Vizinhança e Integração Fronteiriça Brasil-Colômbia e a Comissão Bilateral, sendo a primeira um projeto que

criou uma agenda binacional para tratar das questões fronteiriças e a segunda criada em 2009 para tratar de assuntos diversos de cooperação como economia e segurança (RAMÍREZ, 2009).

Ainda dentro da perspectiva interestatal e diplomática, não pode-se deixar de abordar a relação dos Estados Unidos com o governo colombiano na “guerra às drogas”, iniciada por Nixon para combater o fluxo do tráfico que saía da Colômbia para seu país, que era o maior mercado consumidor da cocaína colombiana na época (MACHADO, 2011). A política antidrogas norte-americana e sua parceria com o governo colombiano foram cruciais para a busca da fronteira com o Brasil como ponto de escoamento e distribuição das drogas.

O perfil do narcotráfico

O narcotráfico na fronteira urbana Letícia/Tabatinga teve seu auge na década de 1980, quando a Colômbia viveu o *boom* da exportação de cocaína, tendo inclusive um pequeno cartel atuando em Letícia (NOGUEIRA, 2005). A floresta densa passou a abrigar plantações de coca e laboratórios de produção de entorpecentes e os rios passaram a ser seu principal meio de distribuição, especialmente de escoamento para o Brasil (RAMÍREZ, 2009). A entrada da população local (especialmente jovens) nesse mercado foi favorecida pela baixa oferta de emprego na região, juntamente com a alta rentabilidade do tráfico (NOGUEIRA, 2005).

Nas regiões fronteiriças, o transporte das drogas e armas é feito principalmente por meio dos rios e de aviões que pousam e decolam em pistas ilegais no meio da floresta (RAMÍREZ, 2009). A repressão dos dois países nessa fronteira fez com que os narcotraficantes buscassem alternativas para passar as drogas de um país para outro, como o rio Orenoco e as regiões menos povoadas, que não recebiam tanta atenção dos governos ou eram mais difíceis de fiscalizar (NOGUEIRA, 2005), gerando um “efeito balão”². Apesar da maior fiscalização dos dois governos, o tráfico em Tabatinga e Letícia tenha voltou a ganhar força a partir de 2014, movimentando cerca de R\$ 5,7 milhões por ano (MAISONNAVE, 2017).

Ao longo dos anos, as redes de tráfico colombianas e brasileiras começaram a se integrar, principalmente na troca de drogas por armas vindas do Brasil para serem usadas na guerrilha colombiana.

2. Quando se aperta o balão de um lado, ele incha do outro. A expressão é usada para representar um fenômeno alternativo de reação a uma ação de repressão.

Em 2001, inclusive, o maior traficante brasileiro da época, Fernando Luiz da Costa, o “Fernandinho Beira-Mar”, foi preso na Colômbia, onde estava escondido sob a proteção das FARC (RAMÍREZ, 2009). Hoje, há uma disputa entre as facções criminosas do Amazonas para negociar com as FARC pela exclusividade de distribuição da cocaína colombiana (SOUZA; SENRA, 2017).

A produção de cocaína na Colômbia começou a crescer vertiginosamente a partir da década de 80, tendo tido seu auge e posterior queda no fim da década de 90 e início de 2000. A superfície das plantações também cresceu, mas a partir dos anos 90 novas técnicas de plantio aumentaram o aproveitamento das plantas de coca e a partir daí, as plantações passaram a ser muito menores, e conseqüentemente, mais discretas (MACHADO, 2011). Atualmente, a fronteira está sob controle da facção Família do Norte (FDN), conhecida por ser a mandante dos massacres dentro de presídios de Manaus nos primeiros dias de 2017 e principal responsável pela entrada da cocaína colombiana no Brasil (MAISONNAVE, 2017; SOUZA; SENRA, 2017).

A mulher no tráfico da fronteira Brasil-Colômbia

A inserção feminina no tráfico a ser abordada nessa sessão não diz respeito simplesmente a todas as mulheres que trabalham no tráfico, mas àquelas que estão envolvidas nele de maneiras que de alguma forma se relacionam aos estigmas de gênero e à feminização da pobreza. No tráfico da Colômbia de forma geral, e por consequência, na atividade fronteiriça, essa participação está quase totalmente condicionada pelo conflito interno do país e suas conseqüências.

Pardo (2011) aponta em seu trabalho que as mulheres *desplazadas*, por estarem fora de seus lares e com as famílias desmembradas, têm mais dificuldade para se inserir no mercado de trabalho formal do seu novo local de residência, favorecendo sua busca por renda na prostituição e no trabalho para a produção e distribuição de drogas. O trabalho nas plantações de coca no interior das províncias colombianas – locais de onde essas mulheres saem – é muito comum, sendo a atividade de subsistência de uma parcela importante da população (PARDO, 2011). Quando, por algum motivo, o conflito fica mais intenso numa região específica, os trabalhadores homens das plantações podem ser deslocados para servir na guerrilha do lado para o qual trabalham. Isso torna-se um proble-

ma a partir do momento em que famílias perdem seus provedores masculinos e as mulheres ficam à mercê de um contexto de grande vulnerabilidade social e poucas oportunidades no emprego formal (PARDO, 2011). O recrutamento de homens para a guerrilha é apontado como fator importante para os *desplazamiento* das famílias que passam a ser chefiadas por mulheres.

Ademais, a concentração de paramilitares num local específico durante um período de conflito pode gerar um mercado de prostituição local. Olívar (2008) narra o funcionamento desses esquemas de prostituição. Ele mostra que muitas vezes, meninas “contratadas” pelos grupos paramilitares são obrigadas a consumir drogas e muitas vezes a manter relações sexuais com todo um batalhão durante dias seguidos (OLIVAR, 2008).

No lado brasileiro, foi formada na Amazônia uma rede de prostituição e tráfico de mulheres desde os tempos do garimpo na região que acabou se entremeando com os ramos do tráfico. Gilberto Dimenstein (1992) faz um trabalho de análise e coleta de histórias a respeito desse quadro. O autor relata que nas cidades fronteiriças da Amazônia, as prostitutas são induzidas ao consumo de drogas, de forma que o vício faz com que vendam seus corpos em troca de drogas e que aceitem trabalhar como mulas, fazendo o transporte de drogas em pequenas quantidades através da fronteira. Essa prática, embora tenha proporções pouquíssimo significativas se comparada ao transporte de drogas em barcos ou aviões, traz consequências muito sérias, ajudando na da ampla rede de exploração sexual de mulheres e meninas (ILHA, 2016).

Nesse caso, pode-se observar que o envolvimento das mulheres no tráfico, embora não seja tão direto, é crucial para a manutenção de estruturas patriarcais e exploratórias que mantêm as mulheres pobres à margem da sociedade e com possibilidades muito limitadas de ascensão social.

A fronteira Brasil - Paraguai

O encontro entre os territórios brasileiro e paraguaio acontece ao longo dos estados brasileiros do Paraná e Mato Grosso do Sul, passando por diferentes ecossistemas e grandes latifúndios, especialmente para produção de grãos. O principal ponto de contato entre os dois países acontece nas cidades de Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai), na região da Tríplice Fronteira.

O principal produto fornecido pelo tráfico paraguaio é a maconha, que entra no Brasil tanto para ser consumida quanto para ser distribuída para outros países (HELPEPES, 2014; ROCHA, 2012). Diferente da fronteira na Amazônia, que é mais isolada e difícil de acessar, a fronteira no sul do País está inserida numa área de intensa atividade agrícola e por isso conta com uma extensa malha rodoviária, que liga a região aos grandes centros do país (ROCHA, 2012).

A geopolítica da fronteira

A região da fronteira entre Brasil e Paraguai é profundamente influenciada pelo agronegócio. Para nosso estudo, o fruto dessa atividade a ser destacado é a construção de rodovias interestaduais para o escoamento da produção, especialmente três: BR-277, que liga Foz do Iguaçu a Ciudad Del Este; BR-369, que liga o Paraná a São Paulo e parte de Minas Gerais; e a BR-163, que contorna toda a extensão do limite entre os dois países, indo até Guaíra-MS, outro ponto de contato importante entre Brasil e Paraguai (ROCHA, 2012).

As origens dessa economia agrícola atual remetem ao início do século XX, com o deslocamento da produção do café e de outros produtos do Sudeste para o Sul do país, mais especificamente para o oeste e norte paranaense. A princípio, o cultivo era feito em pequenas propriedades e depois houve uma transição para o latifúndio. Essa transição ocorreu por causa da venda, em 1944, da Companhia de Terras do Norte do Paraná (empresa de capital britânico responsável pela divisão e venda de terras da região) para um grupo de investidores paulistas que deram início a um processo de exploração empresarial dos terrenos (ROCHA, 2012). A mudança teve como consequências o grave aumento da desigualdade social e desemprego na região, que apresentam reflexos até hoje nas estatísticas da área – o Paraná é um dos estados mais ricos do País e ao mesmo tempo um dos piores estados em termos de distribuição de renda. É importante destacar que atualmente, muitas das grandes empresas do cultivo de soja estão começando a produzir também em território paraguaio, uma vez que o valor das terras no país é mais baixo se comparado ao valor no Brasil (ROCHA, 2012).

Diferente da situação do Amazonas, a fronteira no Paraná não é “esquecida pelo estado”: conta com um grande aparato de fiscalização. Esta fiscalização, porém, ainda é muito falha para abarcar o grande fluxo de pessoas e mercadorias que passam pela fronteira

(ROCHA, 2012). Brasil e Paraguai já fizeram diversos acordos bilaterais e negociações no âmbito do MERCOSUL para resolver esse problema. Também tiveram muito impacto para esse cenário as construções da Usina Hidrelétrica de Itaipu e da Ponte da Amizade, que se deram a partir de uma parceria entre os governos brasileiro e paraguaio e foram (e ainda são) responsáveis por um grande fluxo de recursos e pessoas nas cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Essa região também é caracterizada por um nível alarmante de violência, com taxas de homicídio muito altas, principalmente entre jovens (ROCHA, 2012).

Passando ao território sul-mato-grossense, a fronteira muda um pouco seu perfil. A região é muito mais pobre e isolada se comparada ao Paraná. As cidades de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai) têm uma relação semelhante à de Tabatinga e Letícia: são conurbadas e separadas apenas por uma avenida (ALMEIDA, 2017). O lado brasileiro também é marcado profundamente pela atividade agropecuária latifundiária, o que tem profunda influência na organização espacial e econômica da área.

O perfil do tráfico

A rede de tráfico que passa pelos territórios brasileiro e paraguaio é comandada pelas facções brasileiras do Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) e abastece principalmente o Sul e Sudeste do Brasil. Em associação ao tráfico de drogas, a região também é terreno de passagem ilegal de armas e contrabando de produtos comerciais (HELPEs, 2014; ROCHA, 2012).

A plantação de *Cannabis* no Paraguai é extremamente favorecida pela pobreza nas áreas rurais do país e falta de estímulo do governo à produção nessas regiões. Geralmente, o cultivo é feito em pequenas propriedades, algumas até familiares (ROCHA, 2012).

A droga chega no Brasil majoritariamente em grandes quantidades em grandes veículos que circulam na extensa malha viária da região ou por aviões que pousam em pistas particulares ou ilegais. Também há uma grande atividade de “mulas”, que são pessoas que atravessam a fronteira carregando quantidades menores de droga em carros particulares e na bagagem em viagens de ônibus (ALMEIDA, 2017; ROCHA, 2012). A atividade das mulas tem um grande impacto social para a população que vive nas cidades fronteiriças, pois a maior parte das pessoas que praticam

essa atividade são jovens pobres que vivem na periferia das cidades de fronteira e encontram nesse serviço uma possibilidade de uma boa renda (ROCHA, 2012).

Nessa região o narcotráfico também está profundamente conectado a redes internacionais de tráfico de armas. As armas entram no Brasil pelo Paraguai, destinadas às grandes facções criminosas que comandam o eixo Sul-Sudeste (ALMEIDA, 2017). A partir disso, observa-se que o tráfico de armas tem um papel essencial na manutenção do funcionamento do tráfico de drogas.

A mulher no tráfico da fronteira Brasil - Paraguai

Quanto à atividade das mulas na fronteira, as menores de idade do sexo feminino tem a uma participação percentualmente pouco significativa (ROCHA, 2012). Nessa atividade, as mulheres levam drogas em bolsas e bagagens ou presas ao corpo, arriscando a própria vida (ALMEIDA, 2017). Luciane Almeida (2017) argumenta que a pobreza e falta de recursos nessa região faz com que as mulheres busquem o tráfico enquanto meio de vida. A aceitação dessas mulheres para o trabalho de mula é motivada pela não desconfiança sobre a mulher nos postos de verificação. Vale salientar que apenas parte dessas mulheres foram introduzidas no tráfico por meio de seus parceiros, sendo o fator mais marcante para essa inserção a necessidade se sustentar a família num contexto de vulnerabilidade social (HELPEPES, 2014; ROCHA, 2012).

Além disso, importante trazer para a análise a função das mulheres dentro das grandes facções baseadas nas grandes cidades brasileiras que organizam o tráfico na região de fronteira. Cada vez mais as mulheres assumem posições de comando dentro das facções, coordenando o transporte das drogas e a distribuição para os pontos de venda, sendo muitas delas presas no caminho entre a fronteira e o destino final da droga (CARNEIRO, 2015; HELPEPES, 2014). Esse ponto e o anterior são um destaque interessante a ser feito porque trazem para o debate a questão da agência feminina (CARNEIRO, 2015): mulheres também são sujeitos autônomos capazes de pensar e agir por si, não são apenas vítimas passivas do patriarcado completamente condicionadas por ele (MAHMOOD, 2006). Nesse sentido, o recurso ao tráfico é uma forma de tentar sair da pobreza num cenário que marginaliza mulheres, como uma reação contrária às estruturas patriarcais. A questão, porém, é que

uma vez que essas mulheres são presas ou tentam sair do tráfico, recaí sobre elas um duplo estigma: o do crime em si e o de ser uma mulher criminosa, que falhou em exercer seu papel de mulher passiva e “direita” (CARNEIRO, 2015).

Portanto, a inserção da mulher no tráfico, nesse caso, além das questões sociais, também traz para esta reflexão um processo de assunção de poder dentro de uma organização, que reflete a questão mais ampla do empoderamento e agência feminina.

Conclusão

A partir disso, pode-se reafirmar que a feminização da pobreza está profundamente ligada à entrada da mulher no tráfico de drogas nos dois casos estudados. No caso da fronteira colombiana, embora a participação feminina não seja direta, as implicações são graves e contribuem muito para a manutenção de uma sociedade na qual mulheres são excluídas e vivem numa situação de desamparo e completo esquecimento por parte dos dois Estados em questão. Nessa região, a face feminina da pobreza é muito clara e a ideia da feminização e transmissão intergeracional da pobreza (NOVELLINO; BELCHIOR, 2008) é facilmente aplicável, uma vez que o tráfico acontece pela vulnerabilidade social em que as pessoas se encontram ao mesmo tempo que ajuda a mantê-la, especialmente quando falamos das *desplazadas* colombianas.

Já no caso do limite entre Brasil e Paraguai a relação entre o tráfico e a feminização da pobreza é diferente, e em certa medida, mais complexa: o tráfico tem o papel ambíguo de causa e consequência da pobreza, mas também é usado pelas mulheres como uma saída dela. Além disso, o impacto do tráfico nessa região não é tão focalizado quanto no caso amazônico, uma vez que a rede de venda e distribuição que parte da fronteira abrange vários estados brasileiros. Essa instrumentalização do trabalho no tráfico é efetiva e resulta numa melhora das condições financeiras das mulheres, mas caso sejam presas, a marginalização que elas encontrarão pode ser ainda mais grave. A análise desse caso revela, portanto, uma lacuna nas teorias de feminização da pobreza: a agência feminina. Levando em conta esse conceito, a mulher passa a ser vista como sujeito da própria vida, capaz de quebrar o ciclo de pobreza utilizando-se dos meios de que dispõe na realidade em que vive.

Referências

- ALMEIDA, L. P. DE. Questões de gênero e a necessidade de políticas públicas na região de fronteira Brasil-Paraguai-Bolívia. In: **Território(s), gênero, trabalho y políticas públicas em América Latina**. São Paulo: Votorantim, 2017.
- CARNEIRO, L. G. S. **Mulas, olheiras, chefas e outros tipos: Heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de drogas em Brasília-DF e na Cidade do México**. Doutorado—Brasília: Universidade de Brasília, maio de 2015.
- CASTRO, M. G. **Feminização da pobreza em um cenário neoliberal**. In: I CONFERÊNCIA ESTADUAL DA MULHER. Porto Alegre, 1999.
- CORTINA, M. O. DE C. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, p. 761–778, set./dez. 2015.
- DIMENSTEIN, G. **Meninas da noite: a prostituição de meninas escravas no Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.
- HELPE, S. S. **Vidas em Jogos: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas**. Mestrado—Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.
- IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: [s.n.].
- ILHA, F. **Dois terços dos casos de contrabando humano no Brasil são para exploração sexual**. **Amazônia.org**, 15 mar. 2016. Disponível em: <<http://amazonia.org.br/2016/03/dois-tercos-dos-casos-de-contrabando-humano-no-brasil-sao-para-exploracao-sexual/>>. Acesso em: 20 jul. 2017
- LAFUENTE, J. Juan Manuel Santos, após receber o Nobel da Paz: “Há uma guerra a menos no mundo, e é a da Colômbia”. **El País**, 10 dez. 2016.
- MACHADO, L. O. Espaços Transversos: Tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. In: **Geopolítica das drogas**. [s.l.] FUNAG, 2011.
- MAHMOOD, S. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egípto. **Etnográfica**, v. 10, n. 1, p. 121–158, 2006.
- MAISONNAVE, F. Fronteira amazônica vira passagem livre de drogas com presença de facção. **Folha de São Paulo**, 12 mar. 2017.
- NOGUEIRA, R. J. B. Território de fronteira: Brasil/Colômbia. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, n. 10, p. 162–181, mar. 2005.
- NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para as mulheres. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, 24 de Setembro de 2004.
- NOVELLINO, M. S. F.; BELCHIOR, J. R. **Feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil**. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambú, 29 set. 2008.
- OLIVAR, J. M. N. A angústia dos corpos indóceis: prostituição e conflito armado na Colômbia contemporânea. **Cadernos Pagu**, v. 31, p. 365–397, jul. 2008.

OLIVEIRA, M. M. DE. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. **Estudos Avançados**, Dossiê Migração. v. 20, n. 57, maio/agosto de 2006.

PEARCE, D. The Feminization of Poverty: Women, Work and Welfare. **The Urban and Social Change Review**, v. 11, n. 1, p. 28–36, 1978.

PARDO, C. **Migração Forçada de Mulheres na Colômbia: trajetórias e testemunhos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

RAMÍREZ, S. A Colômbia e o Brasil, separados (e unidos) pelo comércio e pela segurança. **Nueva Sociedad**, n. 9, p. 90–107, nov. 2009.

ROCHA, A. P. **TRAJETÓRIAS DE ADOLESCENTES APREENDIDOS COMO “MULAS ” DO TRANSPORTE DE DROGAS NA REGIÃO DA FRONTEIRA (PARANÁ) BRASIL – PARAGUAI: exploração de força de trabalho e criminalização da pobreza**. Franca: UNESP, 2012.

SANTOS, T.; DE VITTO, R. C. P. **Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN mulheres**. [s.l.] Ministério da Justiça, jun. 2014.

SOUZA, F.; SENRA, R. Três dias na nova “fronteira da coca”: como drogas e armas entram livremente pela Amazônia. **BBC Brasil**, 2 mar. 2017.

WAISBERG, T.; SILVA, C. A. C. G. DA. **Acordos de Paz, Plebiscitos e Justiça de Transição: considerações sobre a prática internacional no contexto do processo de paz entre o governo da Colômbia e as FARC**. [s.l.], 2015.

Recebido em: 04/08/2017

Aprovado em: 21/02/2018